

DANIEL DE CARVALHO

A FORMAÇÃO
HISTÓRICA DAS
MINAS GERAIS



OS CADERNOS DE CULTURA

981.51
C931 X

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

MINAS GERAIS
HISTÓRIA DAS
FORMAÇÕES

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS MINAS GERAIS

A formação histórica das Minas Gerais não pode ser compreendida sem o prévio estudo geográfico do território, das gentes que o devassaram e o ocuparam, e do momento em que se processou o povoamento.

Bem conheço as contestações opostas à trilogia sugerida por HERDER — (*Ort, Volk unde Zeit*) e vulgarizada por TAINÉ (Raça, Meio e Momento). Apesar das impugnações, êsses elementos, a meu ver, continuam a ser básicos para a compreensão do nascimento e do progresso de qualquer povo.

O exame do meio, dos elementos étnicos e da época em que estes venceram a resistência da terra e a ela se adaptaram, levar-nos-á ainda a acrescentar que não é possível entender a evolução do núcleo demográfico estabelecido no solo mineiro, isoladamente, sem relacioná-la com os fatos da história da civilização.

Assim como não se pode separar a história do Brasil da universal, também a história mineira se há de escrever como um dos capítulos da história pátria, não podendo constituir um campo autónomo de estudo.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NUMERO	DATA
518	18/6/57

Com efeito, o agregado social que se formou com fisionomia própria e caracteres originais nas montanhas de Minas Gerais não é autóctone. Resultou de impulsos vindos de fora pela conquista e imigração, e continuou a receber no correr dos tempos o influxo, embora menos intenso, de forças **externas**.

O que historicamente o distingue desde **logo**, é que Minas não entrou na partilha do Brasil em capitânias hereditárias. Jamais pertenceu a um donatário. Se não foi outorgada a nenhum fidalgo português, também não foi tomada pelas armas dos "barões assinalados" que escreveram a epopeia celebrada dos "Lusíadas".

Minas representa principalmente o fruto da energia dos bandeirantes paulistas na caça do índio, às esmeraldas e ao ouro, e ainda dos baianos e pernambucanos, que acometeram o território pelo norte, nêle fundando fazendas de criar.

A estas levas de invasores nacionais vieram depois juntar-se ondas de aventureiros de Portugal, Espanha e outros países. A descoberta do ouro determinou a transmigração para as minas. No território delas vai dar-se o caldeamento das diversas etnias que compunham a população aí concentrada. Os habitantes se dividiram em dois grupos, o dos paulistas e o dos emboabas. Emboabas, nome genérico, abrangia, porém, portugueses, baianos, pernambucanos e quaisquer outros adventícios estranhos à grei dos paulistas.

À medida que se verificava a fusão das raças e das culturas no cadinho do novo *environment*, o aglomerado adquiria consistência e homogeneidade, dêle emer-

gindo uma individualidade capaz, por sua vez, de influir, como de fato **influiu**, não só na história do Brasil como na história universal.

Aqui se abre ensejo de apreciar um exemplo característico do **fenômeno** conhecido metaforicamente como reação. Sem emprestar ao termo o significado próprio da química, não se pode, **todavia**, recusar a semelhança do fenômeno nela observado, com o dos fatos sociais decorrentes do encontro de diversas raças em outro *habitat* e sob a ação de fatores sociais e políticos novos. Não é fácil explicar o milagre ou como saiu um tipo de trabalhador pertinaz de uma fusão em que **preponderaram** elementos aventureiros, na classificação de SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA. (1)

A fim de melhor apreciar o encontro aqui **verificado**, vejamos como se deu a corrida em busca das terras do planalto central do Brasil.

Fechadas pelos turcos as antigas rotas do comércio do oriente, espanhóis e portugueses saíram a procurar outros caminhos para tão rendosa mercancia. O objetivo dessas viagens marítimas, comerciais e guerreiras eram as riquezas das índias, nome geral dado a diferentes regiões desconhecidas da **Ásia**. De lá vinham para a Europa o marfim, as sedas, os **perfumes**, as porcelanas, os tapetes, a pimenta e outras especiarias, bem como escravos, ouro, prata, pérolas e pedras preciosas.

Numa dessas navegações, COLOMBO, em fins do século XV, desvendou a **América**. Noutra, CABRAL se apossou do Brasil.

(1) SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA — *Países do Brasil*, Edição José Olympio, Rio, 1936, cap. II.

Logo que aportaram à nossa costa, procuraram saber os lusitanos da existência das mercadorias do Oriente e especialmente de ouro e prata já encontrados pelos espanhóis na América. Tiveram informações de um lago fantástico de onde manariam o Rio da Prata e o São Francisco. Na Lagoa Grande ou Lagoa Dourada, registrada pela cartografia da época, acreditavam haver abundância de pérolas, ao passo que inesgotáveis seriam as pedrarias da Serra Resplandescente, do Sabarabuçu.

Puseram-se sem mais delonga em caminho para o sertão onde julgavam localizado o El Dorado das lendas. As primeiras intenações por via fluvial ou terrestre foram, portanto, polarizadas pela atração dessas famosas cabeceiras do Rio São Francisco e do Rio da Prata.

Fundadas Buenos Aires na embocadura do Rio da Prata e Assunção no Paraguai, amiudavam-se as excursões à procura do metal branco prometido pelo nome daquele rio, tentando atingi-lo e por êle subir. Procediam de São Paulo e desciam geralmente o Tietê. As entradas e bandeiras determinadas pela obsessão do São Francisco, mais frequentes, partiam do norte (Pernambuco e Bahia), de Leste (Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo) ou do Sul (Cabo Frio, Rio de Janeiro, São Vicente, São Paulo).

As entradas de AMÉRICO VESPUCCI, PERO LÔBO, BRUZA DE ESPINOZA, VASCO RODRIGUES CALDAS, FERNANDES TOURINHO, ANTÔNIO DIAS ADORNO, BASTIÃO ALVARES, JOÃO COELHO DE SOUZA, GABRIEL SOARES, FRANCISCO BARBOSA DA SILVA, FRANCISCO CALDAS, DO-

MINGOS MARTINS CAMPOS, MARCOS AZEREDO, JACQUES FELIX, LOURENÇO CASTANHO, MARTIM DE SÁ, ANDRÉ DE LEÃO, JOÃO CORREIA DE SÁ, de missões jesuíticas e outras seguiam o curso dos rios (São Francisco, Jequitinhonha, Caravelas, Doce, Paraíba do Sul, Tietê e seus afluentes) ou antigas trilhas de índios em constantes migrações. A primeira entrada de penetração em território mineiro foi, sem dúvida, a de Espinoza e do Jesuíta AZPILCUETA NAVARRO. As de TOURINHO, ADORNO e de MARCOS DE AZEVEDO, merecem ser mencionadas porque encontraram as pedras verdes, tomadas por esmeraldas e que bem podiam ser turmalinas dessa cor, abundantes nos socavões dos afluentes do Rio Doce e do Jequitinhonha, por êles explorados.

Esta é a opinião comum. Mas se pedras verdes e azuis encontradas na bacia do Jequitinhonha, seriam, provavelmente, amazonitas, águas-marinhas, berilos ou turmalinas, as esmeraldas descobertas por Tourinho bem podiam ser autênticas. ÁLVARO DA SILVEIRA traçou um itinerário perfeitamente aceitável, adaptando a descrição dos documentos com os acidentes geográficos da região. Por esta interpretação, Tourinho, subindo o Aceci (Rio Santo António, afluente do Rio Doce) foi dar na Serra das Esmeraldas, perto da povoação do mesmo nome e onde se acha a jazida de verdadeiras esmeraldas (2).

Por quê não foram mais numerosas essas expedições? Por quê tantas delas malograram?

(2) ÁLVARO DA SILVEIRA — *Florália Montium*, 2.º volume, pág. 352.

Os componentes das primeiras caravanas eram homens fortes, destemidos, dispostos a arrostar todos os perigos para desvendar o mistério do sertão que os seduzia como outrora o do Mar Tenebroso.

Não podiam os "cavaleiros do Oceano", os batalhadores e traficantes da Índia permanecer inertes na estreita planície costeira. Sonhavam com as fabulosas riquezas ocultas nas remotas paragens do Oeste. A Coroa fomentava o espírito de aventura, acenando aos pioneiros com altas honrarias e pingues mercês, além do ouro e das pedrarias recônditas no âmago da terra.

Se os empreendedores eram bravos e sadios e as expedições se organizavam cuidadosamente em caráter oficial ou com a assistência da metrópole, como explicar o insucesso dessas investidas?

Creio que a geografia e a etnografia fornecerão os dados para decifrar o enigma.

A tentativa de entrar no São Francisco pela foz, subindo-o ao arrepio da corrente, esbarrou com o "sumidouro" ou Cachoeira do Paulo Afonso. Foram escolhidos outros pontos de ataque ao rio. Nas novas investidas de flanco, os expedicionários, ao invés de facilidades, como supuseram VARNHAGEN e CAPISTRANO, encontram dificuldades de toda sorte. CAPISTRANO entendia que o acesso ao São Francisco por esse lado oferecia uma circunstância muito favorável: a vegetação característica do sertão, em geral de carrasco, caatinga e mato ralo, que não opunha às interações os mesmos embarços da mata virgem (3).

(31 CAPISTRANO DE ABREU — *O Descobrimento do Brasil*, pág. 110.

THEODORO SAMPAIO, melhor conhecedor da zona que percorreu demoradamente e sobre a qual escreveu a excelente monografia "O Rio São Francisco", discorreu dessa suposição. As caatingas ofereciam óbice igual, se não mais poderoso do que as florestas. Nestas, o perigo é a solidão sem veredas nem saídas. Naquelas é infalível o desnorreamento pela multiplicidade das trilhas. Quer na mata virgem, quer na caatinga, a "Sylva horrída", que depois apavorou MARTIUS, esbarravam os invasores com inextricável labirinto.

Como lembra THEODORO SAMPAIO, "a vegetação espinhenta, as trincheiras quase intransponíveis das bromélias e dos cardos formam uma barreira que se sucede por dezenas de léguas, desafiando os mais robustos picadores de mato".

Para vir da Bahia à região, que se chamou depois "as Minas Gerais", teriam os viajantes de atravessar a chapada seca, cerca de 40 a 50 léguas despovoada, sem água, e, por fim, de enfrentar, também, as escarpas abruptas da Serra do Espinhaço.

Mas, além da natureza hostil, defrontavam na travessia com o ânimo belicoso das tribos Aimorés, Botocudos, Puris, Coroados, Coropós, Potes, Maconis, Machacalis, Aimopiras, Galaches, Paiaiás, Patachos, Anaiós, Cariris, Caiapós (Ubirajaras ou Bilreiros) e outras nações de Tapuios ou bárbaros.

Se, no sul, as montanhas, as matas cerradas e as tribos selvagens do grupo Tupi-Guarani ou do grupo Gê ou Cren impediam o acesso ao planalto mineiro e às cabeceiras do São Francisco, pelo norte a penetração

encontrava igualmente sérios obstáculos nas caatingas e nos índios de um e de outro grupo, predominando em grande maioria o de estranhos à língua geral (*Nheen-gatú ou Abaneengá*).

Nas florestas e nas caatingas encontravam os invasores insetos de *picada* venenosa (marimbondos, mosquitos, aranhas e escorpiões), morcegos *hematófagos*, animais *ferozes* (onças e queixadas) e serpentes de *peçonha* mortal. *Acompanhando*, em geral, a corrente ou as margens dos rios para facilitar a marcha e garantir-se de água, peixe e caça, caíam vítimas das febres palustres, maleitas ou terças *malignas*. Na travessia dos rios e ribeiros topavam jacarés, vorazes piranhas, raias de ferrão implacável e sucuris de incrível força *constrictora*.

O maior empecilho à penetração *estava*, todavia, na tenaz oposição dos índios, especialmente dos grupos denominados Tapuios pelos Tupis da costa, e gês ou Crens, por *MARTIUS* e *EHRENREICH*, selvagens tão primitivos que não conheciam a *rêde*, nem os tecidos e vasilhas de barro, e viviam exclusivamente da caça, da pesca e da apanha dos frutos e raízes *silvestres*. Alguns permaneciam na idade da pedra lascada. São tidos como parentes próximos, se não diretos descendentes do homem de Lagoa Santa, os *Botocudos*.

Os índios usavam táticas desconhecidas dos europeus. Combatiam invisíveis nas tocaias. Os invasores ouviam *sibiliar* as flechas e zunir os *murucus* de pontas afiadas, sem perceber de onde partiam. Descoberto o local ocupado pelo *inimigo*, se caminhassem em direção

a *êle*, corriam o risco de cair em fojos habilmente *camuflados*.

Poder-se-á ter ideia da luta desigual entre os invasores e os índios, lendo-se a *descrição*, por *EUCLIDES DA CUNHA*, em "Os Sertões", dos combates dos soldados dos batalhões do Exército contra jagunços, herdeiros das táticas dos *nossos* silvícolas.

Historiógrafos brasileiros e viajantes estrangeiros têm subestimado a resistência oposta pelos índios à ocupação do *território*. Supõem que, usando os europeus *armas* de fogo e possuindo inteligência, cultura e técnica da guerra, ser-lhes-ia fácil desalojar os índios de suas malocas *defendidas* por paliçadas de madeira e homens ignorantes *armados* de flechas, tacapes e murucus.

A verdade é *outra*. Se algumas tribos foram presa *fácil*, outras ofereceram tenaz resistência e desbarataram várias expedições enviadas para o seu extermínio.

Significativo me parece o fato de haverem os nortistas derrotado os holandeses e não terem logrado êxito nas campanhas contra os índios do nordeste e do São *Francisco*. Tiveram de convidar os paulistas para essas empresas. Também os homens que derrotaram o *quilombo* dos Palmares, estavam sob o comando do Paulista DOMINGOS JORGE VELHO, fundador de grandes fazendas no *Piauí*. No assalto final, o chefe paulista, que só falava tupi e tinha mais índios que mamelucos na sua coluna, pediu reforços ao *Governador*. Foi empregada artilharia e para a vitória muito *contribuíram* as colunas de pernambucanos e alagoanos.

Por quê os nortistas conseguiram expulsar os *holandeses* e não puderam vencer os índios? *E'* que os ín-

dios estavam no seu *habitat* e usavam *táticas* inteiramente desconhecidas dos atacantes, ao passo que brasileiros e batavos usavam as mesmas técnicas de *guerra* e os primeiros tinham ainda a seu favor a circunstância de estarem em casa, conhecerem melhor o terreno, bem como contarem com a aliança dos indígenas.

Os paulistas não eram mais bravos que os baianos e pernambucanos, mas tinham no corpo o sangue ameríndio. Em um século de guerras, contra *êles* e com *êles*, no sertão, aprenderam *todos* os seus *estratagemas*. Aguerridos veteranos, combinavam as armas dos *europeus* com as dos índios.

Além dos embaraços já apontados, às entradas pelo sertão, convém lembrar o efeito psicológico do ambiente da mata virgem, sobre quem nela se *embrenha*. Pela impressão que a floresta tropical, sombria e lúgubre, ainda causa nos colonos europeus do século XIX, pode-se imaginar o pavor que infundia aos *expedicionários* *êsse* mundo desconhecido e *misterioso*. Não esquecer que eram homens saídos da Idade Média, com as crendices na feitiçaria, na licantropia, nas metamorfoses do diabo, acrescidas das abusões dos índios com seus duendes, sacis e caaporas.

Situado no segundo andar do planalto central, defendido ao sul e a leste por uma cintura de montanhas e densas matas seculares, ao norte caatingas quase intransponíveis e por todos os lados pelos índios e pela malária, o território das Minas Gerais *resistiu* quase dois séculos aos assaltos dos caçadores de prata, de índios, de esmeraldas e de ouro.

Conforme observou **SOUTHEY** (4) os portugueses não estranharam o clima da terra e o motivo *dessa* fácil aclimação é dado pelo nosso sociólogo Gilberto **Freyre**. A principal razão está na miscigenação do português com os mouros, berberes e outros povos acostumados ao calor africano.

Foi mister, entretanto, grande mistura de sangue indígena para perfeita adaptação dos *colonizadores* ao *habitat* do Brasil. A esta segunda geração de mestiços, mamelucos, brasileiros *natos*, estava reservada a tarefa ciclópica de devassamento do território mineiro, como da maior parte do território *nacional*. A mescla de sangue indígena em todos os velhos troncos paulistas é hoje fato incontestante (5).

Nas bandeiras paulistas, se os chefes e os oficiais possuíam sangue índio, o grosso da tropa era constituído por índios das fazendas, das aldeias próximas e até *das* reduções *jesuíticas*.

Tão preponderante foi a colaboração dos aborígenes nas bandeiras, que se chegou a negar qualquer contribuição do negro nas arrancadas heróicas dos paulistas. Na de ANTÔNIO RAPOSO, para 900 paulistas havia de 1.500 a 2.000 índios. AFONSO DE E. TAUNAY afirmou que o elemento africano foi estranho ao *sertanismo*, no

(4) ROBERTO SOUTHEY — *História do Brasil*, trad. de Oliveira de Castro, Rio de Janeiro, 1862. T. IV, pág. 405.

(5) ALFREDO ELLIS — *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-ameríndio*, São Paulo, 1936, *Capítulos da História Social de São Paulo*, 1944.

que foi contestado por CASSIANO RICARDO (6). Cuidadosa investigação apurou que, efetivamente, nas primeiras bandeiras não havia negros e somente índios. Posteriormente, começam a aparecer como carregadores, "um ou outro preto", "peça de Guiné", como diz TAUNAY, em "A Grande Vida de Fernao Dias Pais". A afluência de africanos se vai dar depois da descoberta das minas, com a desabalada corrida para a sua exploração.

Para entender as referências a negros nas narrativas das bandeiras é mister ter presente, conforme ensina TAUNAY, que negro nos primeiros séculos tanto podia significar indígena da América como da África e para diferenciar o preto acrescentava-se a negro o qualificativo de *africano* ou *tapanhuno*.

Não se tem dado a devida importância à presença do índio na alvorada da nossa história, ao passo que se realça a do negro.

VICTOR VIANNA, na síntese da formação econômica feita para celebrar o centenário da Independência, estuda e ressalta o papel e a influência dos negros, bem como dos jesuítas e omite a contribuição do índio. Entretanto, não só numericamente, como culturalmente o índio preponderou nos dois primeiros séculos da nossa colonização (7).

MANUEL DIÉGUES JR., em esplêndida resenha, faz sincero esforço para ser objetivo e exato. Apesar da

(6) CASSIANO RICARDO — *Marcha para o Oeste*, vol. II, capítulo VII.

(7) VICTOR VIANA — *Histórico da Formação Econômica do Brasil*, Rio, 1922, págs. 126 e 127.

simpatia pelo índio, não consegue escapar à influência dos antropólogos e sociólogos que se têm ultimamente ocupado do negro e da sua contribuição à cultura do povo brasileiro. No capítulo intitulado — "O que os indígenas nos legaram" — informa que as principais atividades econômicas dos tupis eram a caça e a *pescça*, ao passo que a agricultura seria praticada apenas por algumas tribos (8). Ora, segundo testemunhos seguros, os tupis já tinham alcançado a fase do amanho da terra. Cultivavam, além de outras plantas, o milho e a mandioca, base da alimentação das populações brasileiras.

A quota-parte do índio na civilização nacional cresce de vulto, pondo-se na conta, como primeira parcela, o legado dessas duas culturas generalizadas em todo país, cerca de 20 vezes maior, em volume, que a do café.

Em fins do século XVI os escravos africanos existentes em Pernambuco orçavam por 10.000, na Bahia 3.000 e 1.000 nas demais capitanias. Ao todo 14.000 africanos (9) e (10). A esse tempo os índios empregados nas missões jesuíticas, nas repartições públicas, fortalezas, embarcações e fazendas se contavam por cerca de 100.000. Houve evidente exagero no cômputo de negros entrados no Brasil, sendo hoje afastados por

(8) MANUEL DIÉGUES JR. — *Etnias e Culturas no Brasil*, Serviço de Documentação do M. da Educação, Rio de Janeiro, 1956, págs. 36 a 43.

(9) DONALD PIERCE — *Negroes in Brazil*, Chicago, Illinois, 2.^a ed. 1944, pág. 32.

(10) NELSON DE SENA — *Africanos no Brasil*, Belo Horizonte, 1938, pág. 49.
339.

inverídicos os números constantes nos trabalhos de ROCHA POMBO e CALÓGERAS (11).

E' corrente que, iniciado o tráfico de escravos africanos de 1538, não houve mais interrupção. Esse engano está nos autores citados, em EUCLIDES DA CUNHA (12) e em outros que se esquecem de que, durante as guerras holandesas, houve pausa no comércio dos navios negreiros luso-brasileiros. Só os batavos ficaram no tráfico do "marfim preto". Não sei, portanto, se o número de negros teria igualado ou ultrapassado o de índios durante o curso do século XVII e muito menos se a influência do índio foi logo suplantada pela dos negros desde o segundo século da colonização, como diz AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO (13). Certo é que no fim deste século, época do descobrimento das minas, em São Paulo, pelo menos, ainda o número de índios era bem superior ao dos africanos empregados nas fazendas. A língua corrente era o tupi-guarani e os meninos tinham de frequentar a escola dos jesuítas para aprender o vernáculo, como se vê da carta do PADRE ANTÔNIO VIEIRA, publicada por SERAFIM LEITE (14).

Aliás, se até o começo do século XVIII, em todo o Brasil, o idioma oficial era o português e o tupi a lin-

(11) MAURÍCIO GOULART — *A Escravidão africana do Brasil*, Livraria Martins, São Paulo, 2.^a ed., pág. 273.

(12) EUCLIDES DA CUNHA — *Os Sertões*, 15.^a ed., Rio 1940, pág. 90.

(13) AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO — *Conceito da Civilização Brasileira*, *Brasiliana*, 1936, pág. 73.

(14) SERAFIM LEITE — *Os Jesuítas no Brasil*, vol. VI, pág. 339.

gua popular, falada por dois terços da população, esta proporção se manteve no decurso desse século nas capitânicas de São Paulo e Rio Grande do Sul. Creio que também a proporção permaneceu inalterada ou com ligeira variação nas capitânicas de Goiás, Mato Grosso, Pará e Amazonas, *embora* TH. SAMPAIO não as incluía no rol (15).

Os primeiros operários utilizados nas minas do planalto mineiro eram indígenas e a Carta Régia de 19 de abril de 1702 mandava que as lavras reservadas para a Coroa fossem exploradas por licitação. Não obtendo, em hasta pública, preço razoável, seriam trabalhadas por preposto de confiança que ajustaria com os índios a mão-de-obra.

Por essa época, o Conselho Ultramarino indeferia o pedido de embarque de escravos da África e aconselhava os paulistas a empregar índios, ao invés de negros, nas lavras. A índia era o minotauro que devorava capitais e braços disponíveis.

O despovoamento das aldeias de índios de São Paulo, em proveito das minas, assumiu proporções assustadoras. Algumas ficaram desertas e suas terras aguçam a cobiça de pretendentes a aforamentos e concessão de sesmarias. O Procurador Geral dos índios propôs enérgicas medidas à Câmara local, ao Governador do Rio de Janeiro e ao Ouvidor Geral (16).

(15) TH. SAMPAIO — *O Tupi na Geografia Nacional*, Casa Eclética, São Paulo, 1901, págs. 12 e 13.

(16) ALFREDO DE E. TAUNAY — *História Seiscentista e Anais do Museu Paulista*, vol. V, págs. 103 a 109.

Acrescente-se que no último quartel do século XVIII, no governo do Fanfarrão Minésio das "Cartas Chilenas" (Luís DA CUNHA MENEZES, 1783 e 1788), empregaram-se índios nos trabalhos forçados para a edificação da cadeia de Ouro Preto.

*Ao bando de cativos se acrescentam
Muitos pretos já livres e outros homens
Da raça do país e da europeia (17).*

Vê-se, por esses versos, que os índios estavam presentes nas edificações da antiga capital. E o fato é que eles chegaram até os nossos dias — Botocudos do Rio Doce, Machacalis, Naquenanuques, Pojichás e Giporoks do Mucuri, e Caiapós do Triângulo Mineiro.

Positivada a contribuição indígena no contingente dos conquistadores dos territórios das Minas Gerais, importa inquirir da qualidade dessa participação. A matéria não tem sido devidamente investigada. Há aí um vasto campo a ser explorado pelos cientistas.

Os portugueses desembarcados na costa eram marinheiros, negociantes e guerreiros, e não agricultores. Encontraram na faixa litorânea os tupis-guaranis, que cultivavam a mandioca, o milho, o algodão e o tabaco pelo processo da queima das matas ou coivaras. Os lusitanos adotaram as práticas agrícolas dos tupis e até hoje as culturas mais espalhadas em todo o Brasil são as mesmas do tempo da descoberta. E ainda se põe fogo no mato para fazer as plantações, como faziam os nossos

(17) As "Cartas Chilenas", cuja autoria ainda é controvertida, são em número de 13. Na 3.^a é que se encontram os versos citados no texto.

remotos antepassados das selvas. Também na pesca e na navegação interior das baías, lagos e rios foram adotadas as embarcações e os instrumentos usados pelos índios. Substituiu-se o pindá (anzol) de ôsso ou espinha de peixe pelo anzol de aço, mas ainda se empregam os mesmos métodos de pesca e até o timbó como entorpecente dos peixes em cardume.

Esses exemplos bastam, a meu ver, para ilustrar a influência do índio em nosso desenvolvimento e para evidenciar a necessidade de inquéritos rigorosos sobre a contribuição por êle trazida à formação da gente brasileira. Os romances de JOSÉ DE ALENCAR e os poemas de GONÇALVES DIAS exaltam o índio, talvez com exagero. Incontestável é, porém, que o sertanejo, o caboclo do interior do Brasil, do Norte ao Sul, descende do índio. As tribos desapareciam não tanto pelo extermínio quanto por sucessivos cruzamentos e dizimadas pelas moléstias introduzidas pelos brancos.

Os estudos de ROQUETTE PINTO, NINA RODRIGUES, ALFREDO E. TAUNAY, OLIVEIRA VIANA, GILBERTO FREYRE, ALFREDO ELLIS, ROMEIRO DA ROSA, MARIA JÚLIA POURCHET, BASTOS D'AVILA, SÁ E OLIVEIRA, MURILLO DE CAMPOS são concordes em atribuir aos mameucos, mestiços de branco e índio, qualidades indispensáveis aos sertanistas e povoadores. Não lhes faltavam físico robusto, destemor, sobriedade, resignação, grande fecundidade, virilidade e longevidade.

Os trabalhos de antropologia enfeixados no *Handbook of South America Indians* (18) confirmam a tese

(18) *Handbook of South America Indians* — Washington, 1950, 6.^o volume.

e salientam que a média de índice de robustez de PIGNET é mais alta nos mestiços do que nos europeus (19). A robustez nos mestiços está comprovada pela estatística de admissão dos jovens convocados para o Exército. Por ela se verifica que os mestiços apresentam mais alta percentagem de condições físicas para a incorporação, do que os brancos, e os caboclos (mestiço de índio) maior do que o mulato (mestiço de preto), respectivamente 81 e 77% (20).

SAINT HILAIRE teve uma antevisão desses dados antropológicos quando cognominou os bandeirantes paulistas de "raça de gigantes". Reconheceu êle que a infusão de sangue ameríndio no europeu dava um produto humano superior sob o nónio de vista das qualidades físicas. Imbuído, porém, do preconceito da superioridade da raça branca, sustentou que os "mamelucos, bem inferiores em inteligência aos homens de raça caucásica, sobrepujam os índios pelas qualidades exteriores. Frequentemente as mulheres são encantadoras, os homens bem feitos e a História do Brasil atesta suficientemente a força destes últimos, sua intrepidez e audácia e a superioridade que sempre tiveram sobre os seus antepassados maternos" (21).

Ora, a inferioridade de inteligência do mameluco não está provada, citando-se numerosos exemplos em

(19) Cit. *Handbook*, pág. 117.

(20) ARTHUR LOBO — *A antropologia no Exército Brasileiro*, "Arquivos do Museu Nacional", 1928.

(21) SAINT HILAIRE — *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*, 1822. Trad. de Afonso de Taunay.

contrário. E' um ponto a elucidar, desafiando os nossos antropólogos a pesquisar a matéria.

O botânico francês estava convencido de que o cruzamento do negro com o índio dava um mestiço superior às duas raças porque ambas eram inferiores. Aconselhava, por isso, à Administração Pública promover o casamento das índias com os africanos para obter uma raça superior à do índio e à do negro. Ora, a legislação portuguesa recomendava o matrimónio legal do branco com as índias, ao passo que casamento legal, de igreja e altar, entre branco e negra, nunca se verificou nos começos da civilização luso-brasileira (22).

Voltando a SAINT-HILAIRE, sua posição, relativamente aos nossos aborígenes, não era a de MONTAIGNE nem a de ROUSSEAU e outros criadores do mito do "bom selvagem" e dos altos predicados do homem natural expandindo livremente os instintos na liberdade edênica. Ao contrário, em várias passagens de suas admiráveis notas de viagens, mostra a sua prevenção contra o índio, considerando-o retardado de inteligência, preguiçoso e cheio de taras.

Este juízo não representa, ao meu sentir, a realidade, e precisa ser revisto. Na balança das qualidades do índio e dos seus defeitos não sei qual das conchas pesará mais.

Estes pontos de vista do naturalista francês vão contribuir para outro engano. Observa êle, numa passagem muito lisonjeira para conosco, que os mineiros

(22) VIANA MOOG — *Bandeirantes e Pioneiros*, Ed. Globo, Porto Alegre, 1954, pág. 104.

pouco se misturaram com os índios e atribui a essa circunstância a superioridade dos mineiros sobre o resto dos brasileiros.

No tempo em que o sábio naturalista andou por Minas, não se faziam mais tão frequentes os cruzamentos com os índios e eram comuns os casamentos e mancebias de brancos com pretas. Havia profusão de mulatos em tôda a província. Mais de um século de introdução de massas de africanos para o trabalho da mineração e das fazendas mudara o aspecto demográfico. Impressionava a concentração de congueses, angolenses, benguelas e minas, no Tijuco e nos terrenos sujeitos à intendência dos diamantes. Estes africanos ali se perpetuaram, conforme relata AYRES DA MATA MACHADO FILHO (23). Outra era a situação na época do devassamento e das primeiras explorações das minas.

Já vimos que os bandeirantes eram mestiços de indígenas e levavam nas bandeiras índios de ambos os sexos. Por outro lado, os "emboabas" não traziam mulheres na comitiva, a não ser índias. As que encontravam nas minas e nos aldeamentos da vizinhança eram aborígenes. Como é natural, continuaram a mestiçagem com as cunhas, que facilmente se entregavam aos forasteiros, preferindo estes aos homens de sua raça, sabidamente pouco sensuais (24).

(23) AYRES DA MATA MACHADO FILHO — *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, ed. José Olympio, Rio, 1943, *Coleção Documentos Brasileiros*.

(24) J. F. ALMEIDA PRADO — *Primeiros Povoadores do Brasil*, 2.^a ed., Brasiliense, 1939, nota 93, pág. 186.

Aliás, os "emboabas", vindos pelo São Francisco e pelos caminhos dos currais da região sanfranciscana, atravessavam dezenas de aldeias de índios mansos e pousavam nelas ou nas habitações de criadores de gado. Nesses "Currais", os donos e vaqueiros tinham sangue índio e muitos vaqueiros eram índios puros.

Cedo, pernambucanos e baianos fundaram fazendas de criar em ambas as margens do São Francisco, onde encontraram boas pastagens e salinas à flor da terra. Terminadas as guerras contra o Quilombo de Palmares e o gentio do nordeste e do São Francisco, os paulistas requisitados para essas lutas se estabeleceram também com fazendas de criar na região sanfranciscana. Ao todo seriam cerca de 500 fazendas, ao tempo de ANTONIL (1711).

Foi a época denominada por CAPISTRANO DE ABREU de "idade ou civilização do couro". Não só se fazia enorme exportação de couro salgado, como os sertanejos o usavam, cru ou curtido, para os misteres essenciais da vida que levavam.

De couro eram a cama, roupa e chapéu de vaqueiro, a canastra, a vasilha d'água (surrão), os arreios dos animais e até os gonzos e fechos das portas e janelas. Os índios se tornaram peritos em aproveitar o couro em diversas utilidades. Até embarcações fizeram com o couro — a pelota.

Portanto, o fundo primitivo da nossa população era mestiço de ameríndio e, conforme se verá no correr desta exposição, êsse fundo subsistiu vigoroso, apesar das camadas novas a êle sobrepostas.

Talvez a presença do fundo ameríndio na psicologia da população mineira possa servir para explicar certa afinidade que costuma ser surpreendida entre o homem das Minas Gerais e o gaúcho da região missioneira do Rio Grande do Sul. Em contraste com o temperamento franco, aberto e expansivo do gaúcho dos pampas, o *missionero* é, em geral, desconfiado, frio, reservado, fatalista e fértil em ardis.

E' certo que em Minas Gerais não houve, como na região missioneira, a mesma inter fusão de sangue aborígene, ocorrida até nossos dias. Naquela faixa fronteira, os mestiços, física ou moralmente, dos Índios, puderam expandir livremente seus instintos e tendências, ao passo que em Minas cedo se instituiu o regime da ordem e da lei. Foram contidas e policiadas as expansões do subconsciente formado pelos ancestrais ameríndios.

GILBERTO FREYRE emite uma opinião que reforça, ao que suponho, a tese da influência do sangue e da psicologia indígena no caráter dos mineiros. Segundo o acatado sociólogo, os paulistas estabelecidos nas montanhas de Minas teriam cavado, não só no fundo da terra, como nas entranhas da personalidade da gente montanhesa, subterrâneos onde se escondem precauções, reservas, sutilezas e também um profundo humor (25).

Realmente, o mineiro, na aparência simples, tem um caráter complexo. Apresenta singularidades que só se explicam pela persistência do sangue e da mente indígenas. Precauções, reservas, sutilezas, são notória-

(25) GILBERTO FREYRE — *Problemas Brasileiros de Antropologia*, C. E. B., Rio, 1943, pág. 99.

mente características do índio e do mineiro. Sê-lo-ia também o humor? Quantos lidam com os nossos selvagens sabem que até os Crenaques do Rio Doce se consideram superiores aos brancos e sorriem das nossas deficiências na selva. Não perdem ensejo para demonstrar aos visitantes sua perícia na pesca e na caça.

E' bem verdade que as vilanias e crueldades do Conde de Assumar e outros capitães-generais, bem como as constantes perseguições inquisitoriais do Erário, o confisco de bens e prêmio aos delatores, bastariam para criar um complexo de reserva e desconfiança. Em Minas fortaleceu o fundo suspeito do índio.

Depois veio o drama da Inconfidência com o escol da capitania colhido na rêde da espionagem e das denúncias, as prisões de homens eminentes, sacerdotes encarcerados, duas devassas aterradoras e afinal a sentença da Alçada mandando enforcar TIRADENTES, condenando a degredo perpétuo cidadãos estimados e declarando suas memórias infames e infames também seus filhos e netos. Esse conjunto de vexames e afrontas havia necessariamente de robustecer nos mineiros o complexo de desconfiança.

Outro sinal — e já tive ocasião de apontá-lo nos "Discursos e Conferências" — é o nomadismo do mineiro, em busca de terras virgens, as migrações para as zonas da Mata, do Rio, para a Mata do Peçanha, para as matas do Mucuri, do Rio Doce, e, depois, para as matas de São Paulo, do Paraná e de Goiás. Nomadismo que representa a persistência da mentalidade e dos hábitos dos indígenas. O mineiro não emigra como o nor-

destino, com intenção de regressar. Como o índio, êle parte, levando a família, os animais, as sementes, para lundar nova taba e aí se estabelecer. Os mineiros da Zona da Mata vão apresentar feições que os distinguem dos antigos habitantes da região das Minas.

As diferenças entre o minerador e o agricultor apontados por J. FELÍCIO DOS SANTOS (26), servem de ponto de partida para agudas observações de PAULO PINHEIRO CHAGAS sobre os dois tipos de mineiros — o da zona de mineração, extrovertido, alegre, descuidado, e o da zona da lavoura (Mata), introvertido, sisudo, econômico, desconfiado (27). Não são, porém, antagônicos nem diametralmente opostos, como supõe o ensaísta. As manifestações externas dão a aparência de divergência substancial, quando, na realidade, escondem o fundo comum de ideias e sentimentos.

Conhecida a composição demográfica das bandeiras paulistas, cumpre-nos dizer duas palavras sobre a série de campanhas destinadas a aprisionar índios e atingir objetivos não alcançados pelas incursões anteriores dos peninsulares.

Guardadas as proporções, assemelha-se êsse movimento aos realizados nos séculos X a XIII na Europa. Nas cruzadas, movia a vontade dos homens a fé nos bens do céu. Nas bandeiras, a fé nas riquezas da terra. O mesmo delírio coletivo, que se apossou da cristandade

(26) FELICIANO DOS SANTOS — *Memórias do Distrito Diamantino*, 1.^a ed., Rio de Janeiro, 1868, pág. 429.

(27) PAULO PINHEIRO CHAGAS — *Arca de Noé*, Livraria São José, Rio, 1956, pág. 19 a 73.

na época das Cruzadas, dominou a população paulista na época das bandeiras. Quem dispusesse de meios e prestígio devia organizar uma bandeira. Quem não dispusesse, cumpria alistar-se nas que se organizavam. Era desonroso ficar em casa um homem válido. Só permaneciam mulheres, velhos e doentes.

Os bandeirantes escreveram, sem dúvida, páginas maravilhosas da nossa história e deixaram, ao longo de suas marchas, marcos imponentes da grandeza humana. Como os cruzados, êles se elevaram ao cimo da audácia, da abnegação e do heroísmo, mas também desceram aos abismos da crueldade, do arbítrio e da cupidez.

Os bandeirantes não eram ricos nem levavam vida de fausto. O contrário tem sido dito por vários autores, iludidos pelo fato de muitos paulistas possuírem engenho de açúcar e serem notórios a abastança e o luxo dos senhores de engenho de Pernambuco e Bahia. O luxo e o fausto da aristocracia rural daquelas capitânicas do norte, nos dois primeiros séculos do nosso descobrimento, são atestados por testemunhos incontestes.

OLIVEIRA VIANNA concorreu muito, com o pêso da sua autoridade, para estender à nobreza rural do sul, especialmente à de São Paulo, a mesma suntuosidade de viver dos abastados senhores de engenho pernambucanos e baianos (28). Apresentando o Dr. GUILHERME POMPEU como tipo representativo da fidalguia paulista, entende que os paulistas eram todos ricos, donos de enor-

(28) F. J. OLIVEIRA VIANNA — *Populações Meridionais do Brasil*, 3.^a ed. Brasiliense, págs. 9 e seguintes.

mes latifúndios, cultos e capazes da generosa hospitalidade daquele riquíssimo fazendeiro.

Ora, os arquivos da Câmara Municipal de São Paulo e os inventários dos bandeirantes não confirmam essa suposição e demonstram que os homens da fortuna do Dr. GUILHERME POMPEU não constituíam regra e sim exceção. A maioria dos paulistas era de fidalgos orgulhosos, honestos, pobres e de vida rude e sem conforto. Aliás, não se compreenderia que donos de grossos cabedais, acostumados à mesa farta, a dormir em fofos coxins, aos jogos e folganças, isto é, a gozar a vida com todos os deleites e comodidades, se abalançassem a empresas duríssimas, arriscando a saúde e a vida, passando por toda a sorte de necessidades, atrás de bugres, ouro e pedrarias. Tem razão PLÍNIO SALGADO quando salienta que o pobre é que é livre para tais aventuras em busca de melhoria das condições de existência (29). Somente depois das descobertas auríferas nas Gerais é que se modifica o padrão de vida dos paulistas e começam eles a luxar (30).

Abastado era, todavia, FERNÃO DIAS PAIS. De tempera extraordinária, este potentado paulista, de linhagem limpa, chefe respeitado de clã, dedicou boa parte da sua vida a varar terras inóspitas, arrostar perigos sem conta e prear índios. Coroou sua carreira de sertanista, assinalando, pela garganta de Embaú, na Mantiqueira, o

(29) PLÍNIO SALGADO — *Como Nasceram as Cidades do Brasil*, Lisboa, 1946, págs. 99 e seguintes.

(30) CARLOS AFONSO DOS SANTOS — *As lutas entre Emboabas e Paulistas*, Belo Horizonte, 1952, pág. 51.

caminho para a região das esmeraldas e do ouro, abrindo novo ciclo na História do nosso país.

Mais importante do que a sua arrojada aventura de sete anos pelo sertão, em busca das esmeraldas, do que os seus feitos de desbravador, foi, sem dúvida, a sua obra de semeador de cidades e de modelador de almas. O exemplo de seu caráter férreo, da sua tenacidade, do seu amor à ordem e à disciplina, do seu espírito de obediência à lei e ao Rei, da sua fidelidade à palavra empenhada, ficou como alto farol a iluminar a descendência, os companheiros e continuadores. Perdura até nossos dias a deslumbrar e estimular, com a sua luminosidade, as almas dos habitantes da região por ele devassada.

FERNÃO DIAS levava nas algibeiras a promessa régia dos privilégios de descobridor e da investidura de delegado oficial para provimento dos ofícios na administração das minas por ele manifestadas.

Falecendo o Governador das Esmeraldas nas margens do Guaicuí (Rio das Velhas), coube o comando da bandeira ao seu genro BORBA GATO, outro tipo de homem de ação, digno de figurar na galeria de CARLYLE. Com excepcional energia, pugnou pelos seus direitos e dos seus consortes contra o arbítrio e arrogância de Dom RODRIGO CASTELO BRANCO. Animado pelo acolhimento cavalheiresco de GARCIA RODRIGUES, filho de FERNÃO DIAS, que encontrara em caminho de São Paulo, o fidalgo espanhol encheu-se de soberba e pretendeu passar por cima dos oferecimentos solenes feitos ao chefe da

leva e seus sucessores. Tentou apossar-se de armas, munições e mantimentos dos paulistas.

Uma capelinha branca no Alto do Fidalgo, que se avista da estrada de Lagoa Santa, marca o local em que sucumbiu o primeiro impostor que em terras de Minas Gerais quis burlar a palavra real e descumprir o preceito do direito divino e humano — *neminem laedere*. Este assassinio serviu de lição aos contemporâneos e gerações subseqüentes.

Debandou a bandeira, em ordem, tomando vários rumos. A dispersão vai ser benéfica ao povoamento. Membros dela vão fundar fazendas de gado em Curumataí, Jaguará, Sete Lagoas e Curvelo. Outros prosseguem na pesquisa do ouro e acham jazigos de aluvião, entre os quais sobrelevam as ricas faisqueiras do Rio das Velhas, nos arredores da futura Sabará e nas cercanias de Sabarabuçu, que tem sido identificada como a Serra da Piedade.

Em troca da revelação do segredo dos tesouros que descobrira (em Sabará e redondezas), BORBA GATO obtém o indulto pela morte de D. RODRIGO.

A êsse tempo, já o PADRE FARIA, RODRIGUES ARZÃO, GARCIA RODRIGUES, BARTOLOMEU BUENO, CARLOS PEDROSO DE ALVARENGA, MIGUEL GARCIA, SALVADOR FERNANDES, FURTADO DE MENDONÇA, ANTÓNIO DIAS DE OLIVEIRA, ANTÓNIO SOARES FERREIRA e outros haviam descoberto as minas de Ouro Preto, Ribeirão do Carmo, Itaberaba, Serro Frio, Pitangui e vizinhanças. O governador do Rio de Janeiro e terras do Sul, ARTHUR DE SÁ E MENEZES, sobe então para as minas, via Parati, a fim

de iniciar a fase legal de exploração delas, sob a superintendência das autoridades na forma do Regimento das Minas.

ARTHUR DE SÁ, ao confirmar o perdão de BORBA GATO, fêz-se amigo deste e apanhou a febre da mineração. Dedicou-se à indústria com tanta avidez que em pouco tempo pôde voltar rico, trazendo nas canastras mais de 30 arrobas de ouro. Tal conduta não lhe valeu um processo, porquanto como administrador arrecadou bastante para a Coroa, inaugurou o sistema das concessões de datas e da escrituração dos réditos devidos à Real Fazenda e não criou casos para o Governo Geral com sede na Bahia, ou para a Metrópole.

Foi fácil a tarefa porque havia abundância de ouro e lugar para acomodar quantos chegavam contagiados pela vertigem mineira.

O fundo dos rios e ribeiros, as areias e cascalhos das margens, tudo virgem ainda das mãos humanas, ofereciam fartura de ouro de aluvião a quem o quisesse apanhar. Era só encher a bateia. A fama da portentosa riqueza desses depósitos auríferos abala as capitanias do litoral e transpõe os mares. ARTHUR DE SÁ encarrega GARCIA RODRIGUES de abrir o caminho direto do Rio de Janeiro para as minas ou o "caminho novo" de que tratamos em outro livro (31). E anima a melhoria dos caminhos da Bahia. Mas o interesse dos paulistas coincide com o da Coroa que os atendeu, mandando fechar as comunicações com a Bahia. Ordens, Bandos e Car-

(31) DANIEL DE CARVALHO — *Estudos e Depoimentos*, E. José Olympio, Rio de Janeiro, 1953, págs. 39 a 62.

tas-Régias foram em *vão*. Só era permitido na letra da lei o trânsito do *gado*. *Este* frágil dique foi rompido *pela* turba aguilhoada pela *auri sacra f ames*.

A capitania de São Vicente se despoeva e veio a ser *extinta*. Nenhum paulista quer estar *ausente* na ocasião da partilha das jazidas descobertas por seus irmãos após tantos anos de *conseiras* e *sacrifícios*. Nas demais capitánias não era menor o entusiasmo despertado pela notícia. De todos os *pontos* do país afluíam ondas e ondas de aventureiros, fidalgos e plebeus, ricos e pobres, brancos e pretos e *muitos índios*, diz ANTONIL, atrás de miragem da fortuna.

Portugal que, nos dois primeiros séculos vivia a excogitar meios de povoar a Colónia para a qual ninguém queria vir, viu-se a braços com problema oposto: impedir o despovoamento do Reino porque *tôda* gente queria embarcar para as *minas*.

No fundo dos vales cavados por *erosões milenárias*, espalhados à margem das correntes ou pelas encostas da montanha, matriz do ouro, brotavam os arraiais. Uns se escalonavam ao longo do "caminho velho", de São Paulo, do "caminho novo" do Rio de Janeiro ou do "caminho dos currais" da Bahia, como evolução natural dos pousos das bandeiras, das "comitivas", dos "comboios", das tropas e *boiadas*. Outros começavam como acampamentos provisórios das bandeiras ou de grupos *delas* desgarrados por conveniência da *mineração*. Cedo se transformavam em povoados estáveis, onde se erigiam o cruzeiro, a capela e depois a igreja para rezas, missas, casamentos, batizados, encomendação dos mortos. Em

lugar dominante levantava-se o pelourinho para punição dos *culpados*.

Cresciam estes núcleos demográficos com a prosperidade das minas próximas. Neles se estabeleciam os ranchos de tropas, as vendas, os armazéns de secos e molhados, os açougues, as lojas e as oficinas de ferreiro, canteiro, carpinteiro, *armeiro*, seleiro e outros misteres indispensáveis ao meneio das minas e às construções *urbanas*.

O primitivo embrião paulista, envolvido em cada localidade pelas levas sucessivas de "emboabas" ou adventícios, manteve o predomínio durante algum tempo, apesar de constituir *minoria*. Os paulistas, senhores das minas, detinham os cargos públicos, pagavam generosamente mercadorias e serviços, e faziam valer sua autoridade e prestígio com inexorável rigor.

Entrementes, o ouro ia passando rapidamente das mãos dos aristocratas, que o extraíam, para as dos plebeus que os supriam de *mantimentos* e de instrumentos ou lhes prestavam serviços de *artífices*.

Na chusma dos forasteiros entravam muitos "cristãos novos" (árabes e judeus) fugidos das *perseguições* religiosas, e *lavradores* do Minho, de *Trás-os-Montes* e das Beiras, egressos da miséria em que vegetavam no *Reino*.

As perseguições religiosas foram menos ferozes em Portugal do que na Espanha e ainda menos cruéis no Brasil onde jamais se instalou o Tribunal do Santo *Offício*.



Em Minas não chegaram as visitas, e o ouro em pó ou em barra *fêz* desaparecer muito processo. Os "cristãos novos" (semitas) se aproveitaram bem da trégua da segunda metade do século XVII, que se estendeu ao período da grande invasão das minas. E a partir de 1767 o Brasil não forneceu nenhum réu à Inquisição Portuguesa.

Tôda essa gente, forçando vocação e hábito, queria minerar. O sistema legal de exploração das minas facilitava o aproveitamento de quantos quisessem trabalhar nelas. Não permitia a completa liberdade de que gozaram os pioneiros da Califórnia e outras regiões do oeste americano, mas também não embaraçava os pretendentes com o rígido formalismo fiscal do Império Britânico na Austrália.

A lei aplicada às minas do Brasil nos séculos XVII e XVIII apresenta semelhanças com a inglesa do século XIX. O Direito Regaliano era o mesmo. Não deixa de ser curioso notar que os estadistas ingleses, cem anos depois de nós, vão ficar perplexos diante do mesmo dilema: — ou cobrar a percentagem legal (os famosos quintos apurados na fundição) ou uma taxa fixa (tantas arrobas de ouro por ano).

Inicialmente, vigorou o sistema americano da iniciativa privada. Os paulistas, como primeiros ocupantes, gozavam dos privilégios da lei e das cartas-régias estimuladoras da aventura bandeirante. Competia-lhes manifestar os descobertos, obrigando-se a pagar os quintos ou 20% do ouro extraído. Associavam-se ou contratavam terceiros para exploração das minas, mediante ajustes livremente avençados.

Este período de autonomia da vontade e do *laissez faire, laissez passer* vigorou até a vinda do governador ARTUR DE SÁ e mesmo depois dá tentativa regulamentadora. A arrecadação regular dos quintos só se inicia efetivamente com D. BRAZ BALTAZAR DA SILVEIRA, em 1713. Não tem fundamento nos fatos a assertiva de VARNHAGEN, fiado em diplomas legais, de haver vigorado de 1700 a 1713 a cobrança por *bateia*. Realmente, a Carta Régia de 24 de julho de 1711 aprovou o sistema acordado nas Juntas de São Paulo e Vila do Carmo, em 1710, mas o Governador suspendeu a execução da medida.

Nessa primeira fase, aparece oportunidade para o trabalho livre, mas tão logo começam a esgotar-se as faisqueiras, e se enceta a exploração das grupiarias, a abertura dos poços com seus sarilhos e das betas, galerias abertas na montanha, os paulistas procuram fazer valer suas prerrogativas, o que provoca a intervenção da autoridade régia, tomando medidas contra os *poderosos*, a fim de evitar o açambarcamento das minas em detrimento da fazenda real e de centenas de mineradores dispostos ao trabalho. A Carta Régia de 19 de abril de 1702, que manda conceder as datas, conforme a capacidade de cada pretendente, à razão de duas braças e meia por escravo, dá expressão legal à política intervencionista da Coroa.

A legislação, se não era perfeita, traduzia as idéias dominantes da época da sua promulgação, sofrendo modificações à medida que a prática aconselhava novos dispositivos. Costuma-se julgar essa legislação apaixonada.

nadamente e atribuir às alterações o propósito de apertar cada vez mais as tenazes do fisco. Exame meticoloso dos documentos coevos convence, entretanto, que as reformas obedeciam muitas vezes ao objetivo de atender reclamações das Câmaras ou sugestões de funcionários ilustrados e desejosos de acertar.

A Coroa Portuguesa não merece, por conseguinte, as objurgatórias, tantas vezes repetidas por escritores escravos da rotina ou cegos pelo falso nacionalismo. Houve, sem dúvida, muitos erros, mas é fato, também, que os dirigentes procuravam corrigi-los. Há uma constante no libelo acusatório contra a metrópole: a voracidade fiscal com a preocupação permanente de obter maior arrecadação dos tributos. Mas, pergunto, qual o governo que não segue essa diretriz?

Conquanto privatistas e aferrados à noção quiritéria da propriedade, não se insurgiam os mineiros contra os quintos, porque contestassem sua legitimidade ou quisessem furtar-se ao seu pagamento; davam justas razões e não desculpas de mau pagador.

Os quintos, segundo promessa solene da Coroa, deviam constituir gravame único sobre os mineiros, e eles se sentiam ludibriados com o ônus de outros tributos, notadamente o imposto de importação ou de entrada, dos instrumentos indispensáveis à mineração, apontado como burla daquela promessa.

Por outro lado, os processos da arrecadação, com buscas, apreensões e confiscos, davam lugar a abusos, violavam a liberdade individual, desrespeitavam o domicílio e, para cúmulo, ainda vinha a proibição dos ca-

minhos de mais cômodo percurso, a pretexto de se impedir extravio ou contrabando, e a proibição das indústrias para não desviar capitais e braços da mineração.

Cabe aqui ressaltar quão injusta era a fama, imputada aos mineiros, de contraventores do regime fiscal. Realmente, o descaminho do ouro entrara nos hábitos da Capitania. Não eram, porém, os mineiros, como demonstrei em outro trabalho (32) os que burlavam a Real Fazenda. Contraventores eram os comboieiros de escravos, os boiadeiros, os tropeiros, os mercadores que iam às lavras vender suas mercadorias, pagas em ouro, e subornavam os guardas dos Registros, andavam por picadas desconhecidas ou vadeavam os rios longe dos pontos de travessia.

Não se pode, entretanto, aceitar, sem fortes reservas, a increpação de CAIO PRADO JÚNIOR sobre "a ignorância, a rotina e a incapacidade da organização da sociedade caótica que se instalou nas minas" (33).

Nos Estados Unidos e na Austrália, século e meio depois da nossa experiência, ocorreu o mesmo fenômeno do conflito de interesses e conseqüente desordem, provocados pela corrida em massa de aventureiros à cata da fortuna. Sem embargo de não haver nesses dois casos, relativamente recentes, a interferência dos graves fatores de transcendente importância, observados nas Minas Gerais, ninguém se lembra, naqueles países, de

(32) DANIEL DE CARVALHO — *Estudos de Economia e Finanças*, ed. Agir, Rio de Janeiro, 1946, pág. 41.

(33) CAIO PRADO JÚNIOR — *A Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, 1942, pág. 166.

lançar a culpa aos governos, para cobri-los de pesados baldões.

Os paulistas atribuíam a anarquia e as desordens ao desrespeito dos seus direitos assegurados em solenes diplomas legais. Os emboabas entendiam que o mal vinha dos privilégios excessivos dos paulistas e injusta distribuição das datas minerais e dos cargos públicos. Serenada a contenda ou terminada a operação (não de mistura mas de formação de uma unidade composta), os mineiros ou geralistas passam a cantar em **côro** e a irrogar à cupidez da metrópole e à ignorância dos seus agentes a decadência das minas, porque o povo precisa sempre de um bode expiatório a quem imputar a causa dos seus males.

O que se verificou na última década do século XVII e na primeira do século XVIII, mais do que um choque de raças, de interesses, de mentalidades ou de patriotismo, foi um choque de "culturas" no moderno significado do termo.

A Guerra dos Emboabas, com tantos episódios sangrentos, heroísmos, crueldades e covardias, foi apenas efeito desse choque merecedor de cuidadoso estudo, pela profundidade de suas **raízes**.

A maioria dos nossos historiadores se deixa impressionar pelos contornos e pelas razões **aparentes** ou ocasionais do grande acontecimento social, sem examinar, debaixo da superfície em ebulição, as causas profundas dessa convulsão **social**. JOÃO CAMILO OLIVEIRA TORRES percebeu claramente o significado da Guerra dos Emboabas, simples manifestação externa do processo de

substituição de culturas, realizado em grande escala, origem do **atual** povo mineiro (34). Embora as feições bélicas desse **movimento** sejam impressionantes e tenham chamado a atenção dos historiadores, na realidade não são elas mais do que "espumas nas ondas do mar".

Em geral procura-se explicar a tragédia em extensa área das "minas gerais", **simplificando-lhe** a origem e a **significação**. Como dizia ao Rei a Câmara de São Paulo, "o território das **minas** gerais dos Cataguás, matos e campos lavrados pertenciam aos paulistas, porquanto, **êles** foram os descobridores à custa de suas vidas e fazendas". Os emboabas queriam usurpar dos legítimos titulares a posse e **gôzo** desses bens.

Essa simplificação, **porém**, não cobre bem a realidade, que é muito mais complexa e intrincada do que **parece**.

Assim, se por um lado é certo que, na região das minas os paulistas, fundados nos diplomas legais e em solenes **promessas**, não queriam reparti-las com os forasteiros, e, sim, cedê-las mediante condições por **êles** impostas, na zona dos "currais" do São Francisco, inclusive no Rio das Velhas, os emboabas, possuidores de **sesmarias** concedidas pelo Governo da Bahia, não admitiram a posse dos paulistas, senão por meio de arrendamento. Paulistas e emboabas **estavam**, pois, em posições equilibradas quanto às suas mútuas queixas e reivindicações.

(34) JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES — O Homem e a *Montanha*, Livraria Cultura Brasileira, Belo Horizonte, pág. 33.

Complicava-se ainda mais o dissídio com a disputa da jurisdição do vale do Rio das Velhas e mais regiões do Norte de Minas pelo Governo da Bahia. As Minas Novas do Fanado estiveram subordinadas à Comarca de Jacobina até 1760. As questões de limites são sempre difíceis.

A Coroa, inclinada a atender os paulistas, cuja arrogância crescera com a opulência alcançada com o ouro das minas, viu-se diante de uma situação de fato incontrolável. Os emboabas, superiores em número, enriquecidos no comércio, dominavam as povoações. Como a plebe da antiga Roma, classe social em ascensão, mostrava o ímpeto da mocidade no assalto aos redutos a invadir e ocupar.

Frustrou-se a expedição punitiva de D. FERNANDO MARTINS MASCARENHAS DE LANCASTRE com sua luzida tropa de quatro companhias de dragões. Diante do Exército emboaba do ditador MANUEL NUNES VIANA, de 4.000 homens, formados em linha de batalha, resolveu retroceder do sítio das Congonhas.

A Coroa compreendeu que a primeira providência aconselhável era reunir o território em revolta sob um só governo e entregar a direção deste governo a um militar experimentado na guerra e na administração. Foi, por isso, criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro e designado Capitão General dela, ANTÓNIO DE ALBUQUERQUE COELHO DE CARVALHO.

A acuidade da visão desse Governador guerreiro, dotado de qualidades de estadista, bem se pode apreciar na maneira como soube aproveitar um evento inespe-

rado e tirar dêle tôda vantagem para o fim de apaziguar os ânimos exaltados. No mais aceso da Guerra dos Emboabas, apelou para o patriotismo de ambos os partidos em luta e os uniu em um só Exército sob seu comando. Partiu com êle, em marchas forçadas, para a defesa do Rio de Janeiro, atacada por DUGUAY-TROUIN. A consequência foi o abrandamento dos ódios e o arrefecimento da luta interna em face do perigo estrangeiro.

A anistia desempenhou seu papel político e humano. Expressivo me parece o casamento das filhas do tenente-general BORBA GATO e do CORONEL SALVADOR FERNANDES, potentados paulistas, com moços emboabas (reinóis).

Regressando daquela gloriosa expedição, pôde êle distribuir datas minerais, sesmarias, cargos a pessoas de ambas as parcialidades conforme a capacidade de cada um.

A ANTÓNIO DE ALBUQUERQUE coube, assim, a glória de ter descoberto o talismã com que satisfazer os anseios do povo das Minas Gerais — liberdade e justiça.

Se a metrópole percebera que o meio de pacificar a região conflagrada era dar-lhe o governo autónomo, e, por isso, criara a nova capitania de São Paulo e Minas, o Capitão-General nomeado para dirigi-la compreendeu que paulistas e emboabas, unidos sob as armas na expedição enviada ao Rio de Janeiro, podiam viver em paz, uma vez irmanados nos direitos e deveres da cidadania. Tratou de dar foros de vilas aos principais núcleos de civilização já existentes para que os "homens

bons" de cada uma delas elegessem o Senado da Câmara, com os juizes ordinários, os procuradores, os almotacés e demais autoridades do município.

O processo de democratização se esboça nas bandeiras. Nestas a solidariedade se impõe, diante dos perigos, sofrimentos e objetivos comuns. Todos bebiam a água dos rios no mesmo copo de prata dos chefes.

Nas minas não cabia o tom aristocrático dos senhores de engenho e nelas se desenvolvem as tendências equalitárias e o espírito democrático (35). Expande-se nos arraiais para ser definitivamente consagrado no *self government* das câmaras de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 1711. A essas três vilas primitivas, D. BRAZ BALTAZAR DA SILVEIRA acrescentou em 1713 a de São João Del Rei e em 1714 as de Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Nossa Senhora da Conceição do Sêro). Nossa Senhora da Piedade de Pitongui é erigida em 1715, depois da instalação das três primeiras comarcas de Vila Rica, (Bacia do Rio Doce), de Rio das Velhas (Bacia do São Francisco) e de São João Del Rei (Bacia do Rio Grande) 1714.

Tivemos por essa forma, uma capitania com várias cidades, ao passo que até aí só havia uma cidade em cada Capitania (a sua Capital) e todas no litoral, com exceção única de São Paulo, essa mesma localizada próxima da orla marítima.

(35) MIRAN LATIF — *As Minas Gerais*, pág. 200.

Os lineamentos da evolução política e social das Minas Gerais ficam assim definidos, entrando como um dos fatores dessa fixação — os acidentes geográficos separando os núcleos de povoação uns dos outros, as difíceis comunicações pelos caminhos "ásperos e fragosos" das montanhas.

Daí advém que uma das constantes de nossa história é a vida autônoma e a autonomia municipal por imposição da natureza, com a vasta extensão do território, entrecortado de serras e penhascos. Só quando os arraiais eram bem próximos e fáceis as comunicações é que se fundiam na mesma cidade, como aconteceu com Antônio Dias e Ouro Preto, ou com Santana e Santo Antônio da Mouraria, em Sabará.

Além das Câmaras Municipais, escolas da democracia, tivemos nas Minas Gerais outras instituições que contribuíram para fortalecer o espírito de liberdade, de igualdade e de cooperação nos interesses coletivos.

Em primeiro lugar, a Igreja, elemento fundamental na gênese dessa vocação para a fraternidade e para o bem público. Conforme observa arguto sociólogo, nas casas-grandes do norte havia uma dependência destinada à capela e também um capelão privativo, ao passo que em Minas tal não ocorria. Esse asserto precisa, entretanto, ser entendido em referência ao século do ouro e dos diamantes (século XVIII). Com as fazendas de café e engenhos de açúcar, vão aparecer no século XIX as capelas colocadas no fundo das varandas dos nossos velhos solares. Mas, a mentalidade dos mineiros já estava fixada nos padrões tradicionais.

A Igreja nos proporcionou memoráveis lições de **Jesuítas**, **Franciscanos**, **Capuchinhos**, **Lazaristas**. No período de maior **efervescência** e de maior tumulto nas minas, foi criado um oásis para a educação das **môças** — o Recolhimento de Macaúbas, em 1716. Em meados do mesmo século foi fundado o Seminário de Mariana e no começo do século XIX o **Colégio do Caraca**. **Subordinados** à Igreja, ocupam lugar importante na formação histórica de Minas, as **Irmandades**, as **Ordens Terceiras**. As **Irmandades**, principalmente, foram o **refúgio** das aspirações e sentimentos **democráticos**. Nelas se realizaram os debates e lutas que não se pediam empreender na praça pública. Serviam para **manter** nos homens o gosto da **independência**. A elas também ficamos devendo a construção de templos, hospitais, educandários e outras obras de caráter público, bem como o hábito de considerar os irmãos como companheiros, de escolher pelo voto os dirigentes e de **confiar** na força da união, simbolizada no feixe *de varas*.

Outra instituição de sensível influência revelada no estudo das raízes da comunidade mineira foi a corporação de ofícios.

Com os dados coligidos por SALOMÃO VASCONCELOS, sobre os ofícios mecânicos de Ouro Preto, e por GERALDO DUTRA DE MORAIS sobre o regimento gremial vigente na Vila do Príncipe (**Sérro**), já se puderam tirar algumas conclusões **interessantes**. **E'** um rico filão que aí está a desafiar a capacidade de historiadores e sociólogos. Basta considerar que o trabalho, se não enobrecia, por causa do preconceito da época,

conferia ao artífice certa dignidade. Um **mestre** ou oficial não podia ser escravo. Como **consequência**, surgiu uma classe média de carpinteiros, **pedreiros**, ferreiros, alfaiates, seleiros, armeiros, sapateiros, pintores, **entalhadores**, imaginários ou santeiros, douradores e outras profissões. Por via do "atelier" ou da oficina os plebeus galgavam **posição social definida**. Não tivemos assim em Minas a escassez de oficiais mecânicos notada por SÉRGIO **BUARQUE DE HOLANDA** nas insignificantes vilas e povoados de outras capitânicas.

Não me parece, pois, fora de propósito retificar uma tese que CAIO PRADO JÚNIOR sustenta com assentimento geral: a de definir a vida social do Brasil Colônia e Império como resultante da economia agrária debaixo da ação de dois **fatôres** — o senhor e o **escravo**. A Minas Gerais não quadra tal definição e creio que o mesmo acontece a outras zopas de mineração (Goiás, Mato Grosso e Sertão da **Bahia**).

Ao contrário do que se tem dito de **tôda** a América do Sul, Minas Gerais teve desde os seus primórdios uma classe média de burgueses e uma classe de jornaleiros livres (índios, negros forros, curibocas e **mulatos**).

Às instituições acima referidas, convém acrescentar, como cúpula as do Estado, a máquina administrativa **com** os **capitães-generais**, as intendências do ouro, as **guardamorias** das minas, a justiça com a sua magistratura e as forças militares com os terços de auxiliares, de ordenanças e a tropa regular das companhias dos Dragões. Os auxiliares passaram a denominar-se "milícias", no fim do século **XVIII**.

AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR (36), dá ênfase à nossa formação **militar**.

Seja-me lícito acentuar o papel desempenhado pela Justiça. Os mineiros, como os Romanos dos tempos austeros da República, **possuíam** o sentimento vivo da família e da propriedade. Cedo se acostumaram a recorrer ao aparelho judicial para dirimir suas contendas ou defender-se de **processo**.

Os conflitos, conforme velho provérbio, se originavam de uma das três barras: barra de córrego, barra de ouro ou barra de **saia**.

Pela exposição feita, vê-se a impossibilidade de aplicar a Minas a noção corrente sobre a origem das cidades brasileiras. A meu ver, **PIERRE DEFFONTAINES** terá de rever o capítulo sobre a fundação de nossas cidades em sua magnífica Geografia Humana do Brasil (37). Terá, pelo menos, de discriminar épocas e regiões. Em Minas, não se pode dizer que a maioria das cidades é obra dos fazendeiros. Na Capitania de Minas, só sobrevivem o latifúndio rural com o senhor em condições de doar terras para o património da paróquia, em época posterior à fundação dos principais núcleos urbanos.

Com efeito, o flagelo da fome nos derradeiros anos do século XVII e nos primeiros do século XVIII valeu por uma **advertência** e muitos mineradores e comerciantes trataram de procurar terras para se estabelecerem

(36) AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR — *A Capitania de Minas Gerais*, Zélio Valverde, Rio de Janeiro.

(37) **PIERRE DEFFONTAINES** — *Geografia Humana do Brasil*, Casa do Estudante, Rio de Janeiro, 1952.

com **fazendas**. Não eram, todavia, grandes domínios. O sistema económico que vigorou durante o século XVIII entronizava, como indústria principal, a extração do ouro em toda a Capitania e a dos diamantes na Demarcação Diamantina (Distrito Diamantino). A agricultura e a pecuária, como ancilas, deviam proporcionar aos mineradores os meios de subsistência.

A princípio só tivemos grandes propriedades nos "currais" do São Francisco e nas zonas de criação do Norte de Minas, então sujeitas ao governo da Bahia. Os governadores de Minas, com a afluência de pretendentes e o desejo de contentar a todos, eram cautelosos nas concessões de sesmarias e delas constavam as reservas para património das povoações.

Esta reserva decorria de mandamento expresso na Ordenação, Livro IV, Título 45, § 10, que em Minas sempre se procurou observar. As ordens régias reiteraram por vezes a proibição de se concederem as terras que deviam ser dos conselhos, para desenvolvimento dos povoados e uso comum dos habitantes.

Não se concedia, pois, sesmaria alguma sem prévia audiência das Câmaras dos sítios a que pertencessem (Resol. de 15 de março de 1731). Essa formalidade era indispensável e a inobservância dela acarretava a nulidade da mercê, que, por isso, não lograva obter confirmação régia. (Ordem Régia de 25 de maio de 1744).

Os terrenos demarcados para assento das povoações recebem vulgarmente o nome de património, *ad instar* dos terrenos destinados ao fim especial de manter uma igreja ou outra instituição pia.

Quanto à área das sesmarias, a Carta Régia de 1 de abril de 1713 ordenou ao Governador de Minas que nas datas de terras por sesmarias “Se haja com a parcimônia que pede o grande número de gente, que concorre para as minas, e a fertilidade das Terras”.

A Ordem de 20 de novembro de 1725 determinou ao Governador de Minas que *não desse mais de uma légua de sesmaria a fim de que chegassem as terras para todos que viessem na capitania e podiam laborá-las.*

A Resolução de 15 de março de 1731 fixou definitivamente a área das sesmarias *em meia légua em quadra* para os moradores do centro, onde houvesse minas ou nos caminhos para elas, e uma légua de testada sobre três de fundo para os do sertão. Esta providência foi confirmada pelas Ordens Régias de 9 de março e de 16 de abril de 1744, terminantes na cominação de que não se confirmariam sesmarias excedentes dos limites prescritos.

As fazendas primitivas, de caráter misto, lavoura de cereais e criação de gado, se destinavam a suprir os mercados locais. Conforme narrava o MARQUÊS DO LAVRADIO, Vice-Rei do Brasil, no Relatório de 1779, “o verdadeiro sistema da Capitania era trabalharem uns nas lavras e descobertas e outros nas roças, a fim de não faltarem os meios de subsistência”.

Não praticamos, por isso, em Minas, no século do ouro, a monocultura. Mesmo depois, com o advento do plantio do algodão, da cana, do fumo e finalmente do café, não tivemos em regra fazendas exclusivas de um

desses produtos. Prevaleceu a tradição das fazendas mistas de agricultura e pecuária, de acordo, aliás, com a mais moderna técnica agrônoma.

Enganam-se, por conseguinte, os escritores que colocam a agricultura mineira no quadro geral da estrutura agrária do Brasil com os três caracteres fundamentais: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. CAIO PRADO JÚNIOR, embora atenuie um pouco o rigorismo da tese em relação a Minas, onde aponta zonas de exceção, ainda de equívoca ao manter a regra, quando ela devia ser notada como exceção.

O panorama histórico de Minas apresenta, em verdade, figuras e cores bem diversas desse painel. Em lugar da oligarquia de alguns senhores de engenho, barões feudais absolutos no domínio sobre escravos e servos, em Minas havia muitas cidades e vilas com centenas de homens livres, alguns mais ricos que os fazendeiros que deles dependiam para o financiamento das lavouras e venda de produção. Os negociantes, o vigário, o padre-mestre, o boticário, os mestres e oficiais do artesanato eram “homens bons” que ombreavam com os fazendeiros nas eleições das irmandades ou do Senado da Câmara.

Julgo haver dito o suficiente para mostrar que a condensação de tantos elementos demográficos nas montanhas do interior do Brasil e sua fusão do novo ambiente físico e social elaboraram um tipo humano e uma civilização original. Viajantes, historiadores e sociólogos reconhecem nos mineiros ou na gente mineira caracteres próprios e inconfundíveis. Dos paulistas tiraram o amor

à independência, a altivez, a probidade e a energia posta nos empreendimentos. Os mineiros não têm o arrôjo dos paulistas, porque uma parte da energia daqueles ascendentes se transmudou em tenacidade para vencer os embaraços do meio, a pobreza das minas e das terras agricultáveis.

Somos montanhesez desconfiados, contemplativos, *cautos*, frios, lentos, impassíveis, com certo desdém pelo aparato material da *civilização*. Os pregoeiros de novidades e grandezas costumam ser recebidos com sorriso de *ironia*. Herança do índio, de biótipo e temperamento esquizóide, a quem devemos também as bases da agricultura, a propensão para a música e nomadismo em busca de terras *virgens*. Aliás, para a cautela e lentidão, muito concorre o meio geográfico, a montanha, com os obstáculos opostos à marcha pelas anfractuosidades, riscos e imprevistos. Nas ascensões *alpinas* ninguém levanta o pé para um passo adiante ou acima, sem a certeza de o outro estar assentado em terreno firme e seguro.

O judeu também deixou ao mineiro a marca de sua índole. Reforçou a tenacidade nos propósitos, acentuou os hábitos de poupança trazidos pelos lavradores do norte de Portugal e deu-nos a sutileza, a discrição, o espírito de exatidão, análise e decomposição das coisas e ideias e ainda o gosto pelo trato dos metais, das pedras preciosas e do dinheiro. Antes de organizarem bancos e de se tornarem exímios banqueiros, já os mineiros tinham o hábito de pôr o dinheiro a prêmio e comprar apólices.

Os *portuguêses*, lavradores do Minho e das *Beiras*, arraigaram e fortaleceram o *fundo* de probidade e de amor à família e à terra, opondo-se à tendência ao nomadismo do *índio*. Inocularam no sangue dos geralistas disposições para a parcimônia, a sobriedade e a frugalidade que cem anos de penúria iriam consolidar.

Os baianos, pernambucanos e mais nortistas vieram trazer um pouco de sol, de entusiasmo, de poesia e de gosto pela dança e pelo batepapo para alegrar a tristeza dos montanhesez caladões e levantá-los da apatia herdada do aborígene e aumentada pelo isolamento e pela melancolia da paisagem que os conduz a intensa vida interior.

Os negros, de temperamento ciclóide, concorreram com a sua afetividade, sua doçura, sua fantasia, sua fidelidade e sua vocação para a música e para as festividades e folguedos, além da resistência ao trabalho duro das lavras e das roças, ao sol e à chuva, sem olvidar sua resignação diante do inevitável e sua paciência nas privações.

Tudo isso se amalgamou em dezenas de anos de porfias, lutas, tumultos, em que permaneceu em linha alta o senso grave da ordem, paralelamente à resistência constante à tirania, ao arbítrio e à opressão.

Ao cabo desse período acidentado da formação histórica das Minas Gerais, podemos contemplar uma paisagem que desmente a conclusão melancólica de CAPISTRANO DE ABREU ao fechar os "Capítulos da História Colonial". Para o eminente historiador, após três séculos de existência, não tínhamos vida social nem

sociedade. Duvidava que tivesse havido mesmo uma consciência colonial (38).

Minas Gerais apresentou no século XVIII uma sociedade organizada e uma consciência nacional evidenciada nos movimentos da Inconfidência Mineira e da Independência.

Vivemos, efetivamente, uma civilização com a sua economia, a sua arte e a sua literatura. A economia vai refletir-se no resto do Brasil e até na História Universal. Conforme narrei nos "Estudos de Economia e Finanças", o ouro do Brasil, vale dizer o ouro de Minas, mudou o centro de negócios do mundo de Amsterdan para Londres e fez a Inglaterra adotar o monometalismo (39).

A civilização criada nas Alterosas, já tive ocasião de dizer, não construiu apenas cidades imortais, como Mariana, Ouro Preto, Diamantina, Itabira, Sabará, Serro, Conceição, Santa Bárbara, Paracatu, Campanha, São João D'El Rei, com seus templos, seus palácios, suas pontes, suas calçadas, moles de pedra que desafiam a ação destruidora do tempo. Ergueu, também, outros monumentos "mais duradouros do que o bronze". Floriu nas estrofes de ouro dos seus poetas, no buril e no pincel dos seus artistas, nas elocubrações dos seus sábios e pensadores, nas sentenças dos seus juizes, no amor e

(38) CAPISTRANO DE ABREU — *Capítulos de História Colonial*, Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio, 1928, página 301.

(39) DANIEL DE CARVALHO — *ob. cit.*, pág. 23.

na virtude de suas mulheres admiráveis, no zêlo apostólico e na piedade dos seus bispos e sacerdotes.

Em síntese, a terra mineira, com as suas montanhas, seus vales antigos, seus planaltos e barrocas, seus rios e cachoeiras, mostra os sinais das convulsões por que passou e as cicatrizes do martírio milenário de verões adustos e comburentes, das chuvas torrenciais, dos ventos e nevoeiros. O povo apresenta no seu modo de sentir e de pensar, no seu estilo de vida, na maneira de agir na vida pública e particular, os vestígios dos elementos formadores da sua contextura íntima e dos efeitos modeladores da fase tumultuosa de sua formação histórica.

Realmente, ocorreu uma transformação dos elementos que se encontraram em presença no planalto mineiro onde a altitude corrige os efeitos da latitude e onde sofreram a ação de poderosas forças telúricas e foram submetidos à luz e ao calor de vários fatores religiosos, morais, intelectuais, económicos e políticos. A reação deixou como precipitado um corpo social em que entraram, em doses variadas, esses elementos. O corpo social resultante da fusão é diferente de cada um dos componentes e também não é soma ou justaposição de todos. *E' algo nuevo*. A análise facilmente descobre no produto da miscigenação e da aculturação peculiaridades de estrutura e comportamento que lhe conferem individualidade própria. Daí podermos falar em "Civilização mineira".

Atentemos para esta singularidade: Minas Gerais não tem contacto, nem pelo mar, nem pela fronteira,

com povos estrangeiros e aparece assim desde a sua disposição geográfica, como um Estado eminentemente nacional (40).

Graças à distância do litoral e às dificuldades de acesso ao seu território, essa civilização permaneceu como "ilha cultural". E não só "ilha cultural", também "ilha econômica", em mais de um período histórico. Na fase colonial, floresceu a indústria das salinas, dos couros e dos peixes salgados do São Francisco. O empório daí decorrente era o julgado da Barra do Rio das Velhas, termo da Vila do Príncipe. A Memória Histórica da Capitania, atribuída a CLÁUDIO MANOEL DA COSTA, diz desse arraial: "He mimoso de tudo que se precisa para passar a vida com regalo" (41). Hoje é uma cidade fantasma. Sua existência era função de indústrias que desapareceram. Também no decurso do século XIX, tivemos a pequena siderurgia a carvão de madeira, cerca de 150 fábricas de ferro, cujos produtos eram consumidos dentro de nossas fronteiras.

Dentro da lógica dos acontecimentos, cessado o atrativo das riquezas do ouro e dos diamantes, teria de cessar também a afluência de novos elementos humanos para a região das Minas Gerais. Em contraste com a escassa imigração de colonos italianos e alemães, as Minas Gerais passaram a fornecer massas de emigrantes que iam povoar primeiro as regiões da Mata e do

(40) AFRANIO DE CARVALHO — *A Atualidade Mineira*, Belo Horizonte, 1929, pág. 7.

(41) *Memória Histórica da Capitania*, in "Revista do Arquivo público Mineiro, vol. II, pág. 425.

Sul de Minas, depois as províncias de Rio de Janeiro e São Paulo, e, finalmente, o Paraná, prósperas com a cultura cafeeira.

Não vou recapitular aqui os episódios conhecidos da História da Capitania, após a revolta de Vila Rica em 1720, onde sobressai o martírio de FELIPE DOS SANTOS, expressiva figura de Tribuno do Povo.

O CONDE DE ASSUMAR, conforme lucidamente expõe DIOGO DE VASCONCELOS (42), firmou o princípio da autoridade na turbulência das Minas Gerais. Fechou o ciclo dos motins e rebeldias. Abateu o poderio do último caudilho do sertão — MANUEL NUNES VIANA, opulento fazendeiro que dominava os vastos latifúndios da Casa da Ponte, no rio São Francisco e Baixo Rio das Velhas.

Os geralistas irrogaram-lhe a pecha de *infame tirano*, que ainda perdura, e com justiça, pelas crueldades supérfluas e sobretudo pelo descumprimento da palavra dada e violação dolosa de documento por *êle assinado*.

A Metrópole percebeu que estava feita a liga dos paulistas que permaneceram em suas propriedades, ou foram abrir outras lavras e fazendas distantes do local dos conflitos, com os antigos adversários. Reconheceu a realidade da existência de uma poderosa unidade geográfica e social no interior do país e criou por isso a Capitania de Minas Gerais.

Estavam historicamente formadas as Minas Gerais e encravadas nelas o Distrito Diamantino. Aí, a Coroa

(42) DIOGO DE VASCONCELOS — *História Antiga das Minas Gerais*, Imp. Oficial, Belo Horizonte, 1940, pág. 364.

não largou as minas, como fizera com as de ouro, a favor dos vassallos, dos índios e até dos estrangeiros residentes. Os diamantes ficaram monopólio da Coroa que fazia a exploração direta ou por meio de contratantes idôneos.

A simpatia da população pedia para os garimpeiros que se insurgiam contra o odioso monopólio e o burlavam, assim como para os negros dos quilombos que lutavam por esse bem, tão caro ao coração dos mineiros — a liberdade.

Vários lances da nossa história provam que os mineiros odiavam o estanco ou monopólio, fosse ele de natureza privada ou estatal.

*

Creio haver esboçado a formação histórica de Minas nas suas linhas mestras originaes. Examinando cada um dos acontecimentos posteriores, descobrir-se-á o substrato delas. A fé nas verdades eternas da revelação nos leva a distinguir o que está na letra e o que está no espírito da lei e a odiar todas as formas de farisaísmo.

Mesmo nas controvérsias com a Metrópole e com os governadores e intendentes dos diamantes sobre o monopólio destes ou sobre a forma de arrecadação dos quintos, se por meio da capitação, das casas de fundição, ou de uma cota anual fixa, ou sobre a execução do famigerado Livro da Capa Verde em Diamantina, sobressai o senso grave da ordem, o amor à lei ao lado da resistência ao arbítrio, aos preceitos contrários ao direito natural e a qualquer forma de opressão.

A vocação liberal é outra constante que tem por vezes rompido o tegumento do senso da ordem, como aconteceu na Inconfidência, no movimento da Independência e na Revolução de 1842.

TOCÇUEVILLE, no livro clássico sobre a Democracia na América, explica o vigor das instituições livres na Grande República do Norte, pela influência de um fato que se observa tanto naquele país como na terra mineira: a coexistência do espírito moral e religioso com o espírito de liberdade. Tal coexistência, cá como lá, não gerou discórdias funestas nem entibiu as energias do povo na conquista e na preservação dos seus mais caros ideais.

A posição do Estado de Minas no centro do país, a cavaleiro do litoral e dele separado por barreiras difíceis de transpor, traz-lhe uma situação de isolamento e evidentes desvantagens económicas. Em compensação, deu-lhe o privilégio de poder conservar uma cultura nascida da fusão de elementos do sul e do norte do país, de que resultou tornar-se o mais brasileiro dos nossos Estados. O equilíbrio nas ideias e sentimentos domina o planalto mineiro, de onde se pode divisar com imparcialidade e clareza os problemas nacionais.

Minas tem sido chamada, com razão, a "Suíça brasileira". Na encruzilhada das correntes do norte e do sul, do litoral e do sertão do país, deve representar o tríplice papel de compensação, de equilíbrio e de moderação, como conclui ALCEU DE AMOROSO LIMA (43).

(43) ALCEU DE AMOROSO LIMA — *A Voz de Minas*, Livraria Agir Rio, 1945, pág. 13.

Tivemos um século de opulência e outro de pobreza. Contemplamos, com igual indiferença, ricos e pobres. Àqueles, aconselhamos que não se envaideçam com os golpes da fortuna e a estes animamos com o nosso próprio *exemplo*. Durante o século XIX vivemos de sonho e de esperança, apesar dos insucessos e desenganos. Debalde revolvíamos as catas antigas e os rios já empobrecidos dos aluviões auríferos. Debalde *abríamos* o ventre das montanhas, atrás do veeiro fugidio do ouro. Aproveitamos as várzeas para canaviais e as manchas de terras férteis para cafesais. Tentamos o plantio do algodão e variadas culturas em nossas terras pobres. Transformamos as capoeiras, cerrados e campos nativos em *pastagens*. Importamos o zebu da Índia para base da pecuária de corte e raças holandesas, suíças e inglesas para o gado leiteiro. Nunca perdemos a fé no trabalho e aprendemos o que vale a economia de *vinténs*.

O amor à liberdade nos leva a professar a necessidade de uma constituição escrita, garantidora dos direitos e esclarecedora dos deveres do *cidadão*. Ainda por amor à liberdade, pugnamos pela divisão dos poderes, autonomia dos Estados e prerrogativas municipais.

O amor à ordem, fruto da experiência amarga de rebeldias, nos conduz ao respeito à lei, às decisões judiciais e às autoridades legitimamente constituídas. Só recorreremos às armas como *última ratio*.

*

A Universidade de Minas Gerais, sonho dos Inconfidentes. a que ANTÓNIO CARLOS e MENDES PIMENTEL

insuflaram vida e que MELLO VIANA revigorou, vale por uma atalaia na montanha. Cumprindo missão histórica iniludível, divisou nas brumas do presente e no alvoroço festivo da era moderna, os perigos que ameaçam o nosso mundo particular. Minas Gerais volta as esperanças novamente para o seu rico subsolo. Não pensa mais no ouro e nos *diamantes*. Pensa no ferro, nos metais leves, nos minérios atômicos. Quer aproveitá-los e só deixar transpor as fronteiras as sobras da nossa industrialização.

Pensa também na força da água viva transformando-se em potencial hidrelétrico.

Prenuncia-se outro século de opulência. Novas *gentes*, novas ideias, novos sentimentos invadem o território das Minas Gerais. E' pois chegada a hora de revolver o campo da história, aprofundar as sondagens do passado, conhecer as rochas fundamentais da nossa estrutura e discerni-las das camadas a ela justapostas e sujeitas à erosão do tempo.

Estes, a meu ver, o significado e o alcance do Seminário de Estudos Mineiros. Através deles se des-cortinarão aos moços a nossa individualidade e os contornos da sua fisionomia. Assim poderão êles montar guarda a êsse patrimônio inestimável de cultura consolidado em séculos de paciente labor. Aprenderão a amá-lo e resolverão, certamente, aprimorá-lo, sem prejuízo dos traços essenciais obtidos à custa do sangue, suor e lágrimas de tantas gerações.

Nesta conferência, apenas dei algumas *enxadadas* na escavação desse subterrâneo cheio de surpresa no

seu complexo geológico. Não alimento a pretensão de haver atingido o embasamento de rochas cristalinas ou descoberto algum veeiro produtivo. Dar-me-ei por satisfeito se o trabalho puder ser útil a quem se disponha a chegar a resultados definitivos na exploração do subsolo histórico das Minas Gerais.

40 — RIMBAUD	Uma Estação no Inferno
41 — SÍLVIO NEVES	Fostais Ingleses
42 — JOÃO NEVES BA FONTOURA	Poeira de Palavras
43 — JOSUÉ MONTELO	Fontes Tradicionais de António Nobre
44 — ÁLVARO LINS	No Mundo do Romance Policial
45 — STEFAN BACIU	Servindo à Poesia
46 — LUÍS SANTA CRUZ	Poética Menor
47 — MIGUEL PARANHOS DE RIO BRANCO	Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750
48 — SÉRGIO PORTO	Pequena História do Jazz
49 — WILSON LOUSADA	O Caçador e as Raposas
50 — ALFREDO MARGARIDO e C. E. COSTA	Doze Jovens Poetas Portugueses
51 — OTTO MARIA CARPEAUX	Respostas e Perguntas
52 — ARTHUR CEZAR FERREIRA BEIS	Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa
53 — THEODORE HARNPERCER	Os Estados Unidos Através de sua Literatura
54 — EURICO NOGUEIRA FRANÇA	A Música no Brasil
55 — DANTE ALIGHIERI	Três Cantos do Inferno
56 — EVARISTO BE MORAIS FILHO	Francisco Sanches na Renascença Portuguesa
57 — LOURIVAL GOMES MACHADO	Teorias do Barroco
58 — ALMEIDA FISCHER	A Ilha e Outros Contos
59 — CASSIANO RICARDO	A Poesia na Técnica do Romance
60 — ROBERTO ALVIM CORRÊA	Hebe ou da Educação
61 — LUÍS COSME	Horizontes de Música
62 — CELSO KELLY	Três Génios Rebeldes
63 — RUDEM BRAGA	Três Primitivos
64 — MANUEL BANDEIRA	De Poetas e de Poesia
65 — ADONIAS FILHO	Jornal de um Escritor
GC — JOSÉ FERNANDO CARNEIRO	Apresentação de Jorge de Lima
67 — FRANCISCO BE ASSIS BARBOSA	Testamento de Mário de Andrade
68 — ANÍSIO TEIXEIRA	A Universidade e a Liberdade Humana
G9 — PEREGRINO JÚNIOR	O Movimento Modernista
78 — AFRÂNIO COUTINHO	Por uma Crítica Estética
71 — PEDRO DE BOTELHO	3 Fragmentos
72 — OLÍVIO MONTENEGRO	Ensaio
73 — PAULO RONAI	Roteiro do Conto Húngaro
74 — EDGARD CAVALHEIRO	Evolução do Conto Brasileiro
75 — ROBERTO MENDES GONÇALVES	O Barão Hubner na Corte de São Cristóvão
76 — EDGARD CAVALHEIRO	A Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto
77 — MANUEL BANDEIRA	50 Poemas Escolhidos pelo Autor
78 — SÉRGIO MILLIET	Três Conferências
79 — GILBERTO FREYRE	Reinterpretando José de Alencar
80 — GILBERTO FREYRE	Manifesto Regionalista de 1926